

Frente de Prefeitos estuda ir à Justiça por mais verba para a saúde, diz Diário

Edimarcio A. Monteiro
edimarcio.augusto@rac.com.br

O prefeito de Campinas, Dário Saadi (Republicanos), na condição de vice-presidente de Saúde da Frente Nacional de Prefeitos (FNP), estuda entrar com ação na Justiça contra o governo federal para garantir mais R\$ 15,2 bilhões em repasses do Sistema Único de Saúde (SUS) para os 5.568 municípios brasileiros. Ele cobra a aplicação da Emenda Constitucional (EC) 86/2015, que garante o repasse mínimo para a área de 15% da Receita Corrente Líquida (RCL) da União apartada no exercício financeiro, o que garantiria este ano um montante de R\$ 188 bilhões para o setor. O governo federal, porém, fez o cálculo com base na receita de R\$ 1,152 trilhão prevista na Lei Orçamentária para este ano, que resulta em verba para o SUS de R\$ 172,6 bilhões.

Segundo Dário Saadi, Campinas arca com 70% dos custos do setor

"A medida é danosa para o atendimento à saúde porque transfere cada vez mais responsabilidade do governo federal aos municípios. Campinas, por exemplo, já assume 70% dos gastos com o setor. A hipocrisia defende o SUS no discurso e não destinar dinheiro para custeá-lo", critica Saadi. De acordo com o ele, a área jurídica da FNP está finalizando o encaminhamento jurídico a ser dado e na próxima semana a ação deve ser impetrada no Supremo Tribunal Federal (STF) ou no Tribunal de Contas da União (TCU).

O prefeito afirmou que Campinas analisa o impacto que a redução no repasse terá para suas contas. "Se houvesse o cumprimento da EC 86, poderíamos investir em outros setores, como na área social, ou ampliar os serviços de saúde", argumentou Saadi. Ele explicou que a queda no volume dos repasses federais leva a Prefeitura a ampliar os recursos próprios destinados para a saúde. A Lei Complementar (LC) 141/2012 obriga os municípios a destinar 15% da arrecadação de impostos para essa área, mas a Administração Municipal informa que aplicou 25% dos recursos próprios no segundo quadrimestre deste ano.

VALORES

"Campinas gasta quase o dobro do que a Constituição determina", salientou Saadi. A área de saúde tem a segunda maior receita do orçamento do município, com o valor definido para este ano em R\$ 1,58 bilhão. O montante é menor apenas do destinado para educação - R\$ 1,85 bilhão. Do total de gastos com saúde até o segundo semestre, a Prefeitura arcou com 77,25%, restando 19,71% para o governo federal e 2,48% para o Estado.

O 0,41% restante tem como origem emendas de deputados federais e estaduais. De acordo com dados do anuário MultiCidades 2023, divulgado pela Frente Nacional dos Prefeitos, os gastos das prefeituras com saúde crescem ano a ano. Em 2014, as cidades destinavam, em média, 18% do orçamento, já acima do previsto pela LC 141/2012, com o índice chegando 22,9% em 2021.

"Nesse sentido, prefeitos e prefeitas, ao reivindicarem que a saúde é um direito fundamental e deve ser priorizada com investimentos adequados e consistentes, alertam para o desfinanciamento iminente do SUS e estudam medidas judiciais para impedir que isso aconteça. A destinação de recursos insuficientes para a saúde



Usuários aguardam por atendimento no Centro de Saúde do Jardim Aurélio, em Campinas: de acordo com a Frente Nacional de Prefeitos, os recursos destinados pela União são insuficientes para cobrir os custos dos municípios com a assistência à população

MUNICÍPIOS NA BRONCA

FNP estuda recorrer à Justiça para garantir mais recursos para financiamento da saúde

Posição foi manifestada pelo prefeito Dário Saadi, que é vice-presidente de Saúde da Frente Nacional de Prefeitos; municípios reclamam perda de R\$ 15,2 bilhões



Segundo a Prefeitura de Campinas, embora a legislação determine a destinação de 15% do orçamento para a saúde, o município aplicou 25% no segundo quadrimestre deste ano

pública prejudica diretamente a vida e o bem-estar de milhões de brasileiros", disse o vice-presidente de Saúde da FNP em comunicação oficial.

A posição da entidade ganhou o reforço do Conselho Nacional de Secretários de Saúde (Conass) e do Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (Conasems) na queda de braço com o governo federal. "O que progrediu foi à custa de estados e municípios. Nos estados, o mínimo é 12%, mas vários investem 16% ou 17% (da RCL). Nos municípios, o mínimo é 15% e a aplicação chega a 30%, muito acima do mínimo", disse o presidente do Conass, Fábio Bacchlereti Vitor, que é o secretário estadual de Saúde de Minas Gerais.

"Temos aí várias políticas que precisam de novos reajustes. Há necessidade de se investir em hospitais sucateados no país inteiro. O Samu (Serviço de Atendimento Móvel de Urgência) teve um reajuste muito aquém do que estados e municípios vêm ampliando. Há claramente vários serviços com necessidade", afirmou ele ao ressaltar a importância do aumento dos repasses federais. "A gente briga por mais recursos na saúde, e agora está brigando para não perder o que tem. É muito triste esse cenário", disse o secretário-executivo do Conasems, Mauro Guimarães Lunheira.

POSIÇÃO DA UNIÃO

O Ministério da Fazenda negou, por meio de nota, que

haja redução nos repasses de verbas do SUS este ano. A pasta argumentou que as transferências estão sendo feitas com base na Emenda Constitucional 95/2016, que estabeleceu o teto de gastos e estava em vigor quando foi elaborado o Orçamento da União para 2023. Essa EC foi substituída por um novo arcabouço de regras fiscais, estabelecido pela Emenda Constitucional 126/2022, conhecida durante sua tramitação como "PEC da Transição", aprovada pelo Congresso Nacional e promulgada no final de dezembro passado.

O Ministério da Fazenda fez uma consulta sobre o assunto ao Tribunal de Contas de União (TCU), cuja área técnica afirmou que o piso de 15% da RCL somente precisa ser cumprido a partir

de 2024. De acordo com o ministério, o cumprimento do teto de gastos é importante para conter a inflação e criar um ambiente favorável que contribua para a redução da taxa de juros, crescimento da economia, aumento dos investimentos, geração de empregos e ampliação da renda dos trabalhadores.

Já o Ministério da Saúde divulgou que a FIC da Transição garantiu uma verba extra para a área de R\$ 22 bilhões, o que garantiu a manutenção ou retomada de programas essenciais, como o da saúde indígena e o Farmácia Popular. A Saúde reforçou a importância dos ministérios de cumprir o teto de gastos e divulgou que o aumento da receita nos últimos meses do ano "poderia

trazer grave prejuízo, considerando, inclusive, o curto tempo para uma execução responsável e criteriosa".

O ministério afirmou ainda que para 2024 está garantido o percentual de 15% da Receita Corrente Líquida da União apartada. Segundo a pasta, a aplicação da regra aumentará em mais de R\$ 40 bilhões o seu Orçamento. A ministra da Saúde, Nísia Trindade, chegou a se manifestar a favor do Projeto de Lei Complementar (PLP) 136/2023, de autoria do deputado federal Zezé Dirceu (PT-PR), em tramitação do Congresso e que direciona recursos adicionais para a saúde de estados e municípios.

Segundo estimativas preliminares do governo, o dispositivo deve significar um incremento de R\$ 4,8 bilhões ao piso da saúde neste ano, com os recursos precisando ser remanejados de outras áreas. Porém, o presidente do Conass, Fábio Bacchlereti, disse que o valor é inferior ao que estados e municípios têm direito e considerou que qualquer movimento para diminuir os recursos da saúde é um "retrocesso".

"O SUS deve ser comemorado, mas existem muitos gargalos", afirmou. Segundo ele, a aplicação do piso previsto na Constituição já em 2023 seria uma oportunidade de recuperar recursos após anos de arbatamento nos repasses federais para estados e municípios. De acordo com ele, há uma fila de hospitais aguardando habilitação do governo federal para prestarem serviços ligados à oncologia ou a cirurgias cardíacas, mas as autorizações estão travadas porque implicam repasses de recursos.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Correio Popular - Campinas/SP

Seção: Cidades **Caderno:** A **Página:** 4